

## Religião e Política: Balanço das Temáticas e Pesquisas Recentes no Brasil (2016-2021)

Priscilla Leine Cassotta<sup>1</sup>  
Claudia Cerqueira<sup>2</sup>  
Fabio Lacerda<sup>3</sup>

4 A relação entre instituições políticas e grupos religiosos tem despertado cada vez mais o interesse de cientistas sociais devido ao seu importante papel no cenário político atual. Embora a religião esteja há séculos presente na política brasileira, a relação entre essas duas esferas – política e religião – vem se transformando por conta das mudanças no panorama religioso nacional, sendo uma das mais importantes o protagonismo crescente de igrejas evangélicas (CASSOTTA, 2019). No Brasil e em toda a América Latina, vem caindo o número de indivíduos que se declaram católicos e crescendo o de indivíduos que se identificam como

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFSCar - PPGPOL. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Instituições, atuando principalmente nos temas: partidos políticos, religião, eleições, representação, sistemas eleitorais, política e evangélicos. E-mail: [pri.leine@hotmail.com](mailto:pri.leine@hotmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7242-9373>.

<sup>2</sup> Doutora em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas. Atua principalmente nos seguintes temas: religião e política, poder informal nas organizações; implementação de políticas públicas; métodos quantitativos. E-mail: [claudiacerqn@gmail.com](mailto:claudiacerqn@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4367-8896>.

<sup>3</sup> Pesquisador de pós-doutorado do CEBRAP. Doutor (2017) em Ciência Política pela USP. Tem experiência na área de Ciência Política e Sociologia, com ênfase nos seguintes temas: Legislativos; Eleições; Política Estadual; Política e Religião; e Secularização. E-mail: [flmds@alumni.usp.br](mailto:flmds@alumni.usp.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1678-2698>.

evangélicos<sup>4</sup> (GUADALUPE, 2018). O crescimento evangélico influenciou a participação desse grupo na esfera pública: a cada nova eleição, evangélicos têm conquistado mais espaço nos poderes legislativo e executivo em âmbito local, estadual e federal.

5 A despeito de o marco da mobilização eleitoral evangélica no Brasil ter sido a redemocratização, e essa mobilização ter ganhado força ao longo das décadas subsequentes, especialmente após o primeiro governo Lula (PT), é no governo atual, de Jair Bolsonaro (sem partido), que a presença evangélica na política tem recebido maior destaque. Atualmente, o Brasil conta com três ministros que são lideranças evangélicas: Damares Alves, ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; Milton Ribeiro, pastor presbiteriano e atual ministro da Educação; e André Mendonça, ex-ministro da Justiça, atual advogado da União e recém indicado para a vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). A indicação de Mendonça à vaga do STF recebeu uma nota de apoio da Associação Nacional de Apoio de Juristas Evangélicos (Anajure), que manifestou sua preocupação com um crescente “ativismo judicial” acerca de questões morais, como forma de sublinhar a indicação de um evangélico para o Judiciário<sup>5</sup>. No Congresso Nacional, a bancada evangélica eleita em 2018 contava com 85 deputados e sete senadores, segundo o DIAP<sup>6</sup>.

O crescimento da representação política dos evangélicos, especialmente na última década, fez com que o tema da imbricação entre religião e política adquirisse novo interesse como objeto de análise no campo das Ciências Sociais. É possível observar que, em outros tempos, os estudos sobre religião e política privilegiavam a Igreja Católica no Brasil. Outro momento de análise espelhou, seguindo a tendência norte-americana, a discussão sobre os possíveis efeitos da secularização no Brasil (MARIANO, 2003; MONTERO, 2013) – dentre eles, a abertura do mercado religioso.

---

<sup>4</sup> Os termos “evangélico” e “protestante” são usados indistintamente no Brasil. Mesmo tendo em vista a complexidade que envolve a gênese, os desdobramentos e questões de identidade relacionada a cada uma das vertentes, adotamos, para fins de simplificação, os termos “evangélico” e “protestante” como sinônimos. Mantemos o termo “pentecostal” como referência ao ramo do protestantismo que enfatiza os dons do Espírito Santo e que começa a se disseminar na América Latina no início do século XX.

<sup>5</sup> Sobre a nota da Anajure ver: <https://anajure.org.br/nota-publica-sobre-indicacao-da-anajure-para-vaga-no-supremo-tribunal-federal/>

<sup>6</sup> <https://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/send/13-radiografia-do-novo-congresso/962-radiografia-do-novo-congresso-legislatura-2019-2023>

Esta abertura trouxe consigo as principais denominações pentecostais para o Brasil, que foram crescendo, ramificando-se e dando origem ao pentecostalismo autóctone.

O crescimento evangélico mudou a paisagem religiosa do país em poucas décadas. Os evangélicos começaram a adentrar arenas às quais antes não tinham acesso (ou nas quais sua presença era pouco perceptível). Um marco no estudo da ocupação da arena política foi a tese de Paul Freston (1993). A literatura dos anos 1990 sobre o ativismo político evangélico também teve como importante referência os trabalhos dos sociólogos Antônio Flávio Pierucci, Reginaldo Prandi e Ricardo Mariano. O campo da religião e política foi reaquecido em meados dos anos 2010, com a consolidação da participação dos evangélicos na vida pública brasileira.

6 A fim de ilustrar a nova produção brasileira sobre o tema, oferecemos nesta apresentação um breve panorama a partir de um levantamento de artigos acadêmicos publicados em revistas do campo das Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) entre os anos de 2016 e 2021. Nossa análise se baseia em uma compilação de artigos acadêmicos sobre o tema de religião e política. A busca se restringiu a periódicos acadêmicos brasileiros classificados pela avaliação do sistema Qualis (triênio 2013-2016) da CAPES como A1 ou A2, concentrados nas áreas de Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Ao todo, foram pesquisados 38 periódicos, cujo resultado foi o levantamento de um total de 52 artigos.

Não se pode ignorar que a produção sobre religião e política esteve mormente concentrada na área da Sociologia – o que pode, em parte, ser explicado pelo trabalho da tríade dos sociólogos da religião (Pierucci, Prandi e Mariano), além do fato de esta ser, dentre as três Ciências Sociais, a área com o maior número de periódicos classificados pelo sistema Qualis da Capes. Depois, os artigos se dividem entre a Antropologia e a Ciência Política. Embora pareça haver uma relativa baixa atenção dada pela Ciência Política ao tema, é importante observar que a religião, possivelmente devido à sua crescente participação na política nacional, parece ter encontrado um lugar na produção dos politólogos brasileiros. As mudanças religiosas recentes em curso no Brasil permitem supor que essa atenção se manterá.

Para o período analisado (2016-21), os autores com o maior número de artigos publicados sobre o tema foram a antropóloga Paula Montero, da Universidade de São Paulo (USP), e o antropólogo Ronaldo Almeida, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) - ambos também pesquisadores do

Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). A ênfase dos artigos de Almeida tem se dado sobre a atuação política dos evangélicos e o avanço do conservadorismo no Brasil. Os artigos de Montero, por sua vez, tratam de temas como laicidade, secularismo e pluralismo religioso.

A recente produção acadêmica sobre religião e política pode ser dividida em quatro etapas ou grupos. Primeiro, evidências e reflexões acerca da laicidade do Estado e da chegada e fixação das religiões na esfera pública mostram como, embora juridicamente laico, o Estado brasileiro se apresenta permeável quanto a presença de igrejas em seu bojo e como se dá este processo de penetração religiosa. Segundo, uma vez presente na esfera pública, as religiões ocupam espaços de interesse diversos, e entre eles está a arena política; por vezes, a participação de grupos religiosos foi ação decisiva em momentos políticos cruciais na história do Brasil, como descreveremos a seguir. Terceiro, sua atuação culmina em participação político-eleitoral, o que reverbera na eleição de grupos de interesse religiosos. Por fim, o quarto momento discute seu conservadorismo, que reflete diretamente na produção de leis e políticas públicas que atendam a seus interesses.

7 Vale ressaltar que os artigos analisados retratam a preponderância de alguns grupos religiosos em detrimento de outros. Os evangélicos (ou as igrejas evangélicas) foram, de longe, o objeto mais abordado pelos artigos selecionados, com um total de 21 artigos. A Igreja Católica (ou os católicos) aparece em segundo lugar, com um total de 12 artigos. Religiões como o espiritismo ou as religiões de matriz africana são abordadas apenas em três artigos. A ênfase nos evangélicos é compreensível se levada em consideração a recente transição religiosa brasileira. Como vem sendo destacado pelos estudos das Ciências Sociais e ratificado por estatísticas oficiais, o Brasil, outrora conhecido como o “maior país católico do mundo”, caminha para ver os evangélicos se tornarem o maior grupo religioso, suplantando os católicos.

A seguir, construímos um panorama sobre o campo a partir de breve exposição dos artigos acadêmicos sobre religião e política compilados entre 2016 e 2021. Os artigos foram divididos em quatro grupos: (i) laicidade e religião na esfera pública; (ii) participação da religião em momentos políticos; (iii) conservadorismo religioso, e iv) religião e eleições. Por fim, apresentamos os artigos que compõem este dossiê.

## 1. Laicidade e religião na esfera pública

Sobre o vínculo entre política e religião, Montero e Sales (2020) buscam caracterizar a laicidade e o secularismo católico brasileiro, e discutir como a religião católica e, recentemente, a religião em geral não perderam o seu poder de influência político-moral.

Follman e Gabatz (2017) discutem o recrudescimento das disputas religiosas e seus desdobramentos na esfera pública, em especial na política. Também levando em conta a expansão do ativismo religioso em diferentes arenas públicas nacionais, Montero, Silva e Sales (2018) demonstram como o “fazer religião” em público modifica a configuração de nossa ordem jurídica secular, observando como a forma de publicização das religiões moraliza problemas privados tornando-os públicos. Burity (2021) aborda as várias dimensões da trajetória dos evangélicos na política brasileira como fator importante para o protagonismo desses religiosos na política brasileira.

8

Ainda dentro desse campo de estudos, o uso recorrente de diferentes mídias por parte de grupos religiosos tem sido explorado pela política institucional. Neste campo, Montero (2017) sugere deslocar o olhar sobre as religiões e suas relações com o poder, para o que a publicidade faz da religião. Por sua vez, Cunha (2017) discute como a mídia televisiva, como meio de comunicação “de massa”, é um espaço de disputa das principais denominações evangélicas (como a Assembleia de Deus, Igreja Universal do Reino de Deus e a Igreja Batista), e como os políticos evangélicos atribuem sentido à ocupação desse espaço. A partir dos embates públicos em torno das questões relativas aos direitos sexuais e reprodutivos, que muitas vezes colocaram em rivalidade igrejas pentecostais e movimentos sociais, Maurício Jr. (2019) analisa como os crentes pentecostais se constituem a si mesmos enquanto sujeitos na relação com a política.

## 2. Participação da religião em momentos políticos

Com uma análise longitudinal, Rosa et al (2019) analisa como a clivagem religiosa influenciou a estrutura do sistema político chileno durante o período democrático, com início na vitória da Frente Popular em 1938 até o golpe de Estado

de 1973, seguido pelo retorno à democracia. O artigo busca demonstrar como a religião não perdeu a sua validade na esfera pública, apesar da secularização.

Zanotto (2016), discute sobre a reabertura e a transição democrática na Argentina, a partir da participação da Igreja Católica. Silva e Johnson (2016), também destacam a relação entre religião e Estado, por meio da participação da Igreja Católica na Revolução de Cuba, em 1959, até os dias atuais. Ainda no contexto argentino, Alonso e Esquivel (2020), investigam a influência dos valores religiosos da Igreja Católica na regulamentação dos direitos dos pacientes com enfermidades terminais, por parte do Congresso Nacional. Nesta direção, os autores analisam as iniciativas parlamentares sobre este tema (entre 1996 e 2012), e discutem as articulações entre argumentos confessionais e laicos.

Orellana e Fediakova (2021), abordam sobre a evolução histórico-social dos evangélicos no Chile e mostram a aproximação desses religiosos e o governo Pinochet por meio do Te Deum (uma liturgia ecumênica de ação de Graças).

9 Tadvald e Gonzada (2017), problematizam sobre a formulação e aplicação de política públicas voltadas às religiões afro-graúchas, a partir das ações do Conselho Estadual do Povo de terreiro (CPTERS). No mais, os autores destacam algumas ações persecutórias advindas de legisladores gaúches com o objetivo de restringir práticas litúrgicas das religiões afro no Rio Grande do Sul.

Com foco na Bancada Evangélica, Prandi e Carneiro (2018), investigam qual o lugar da orientação religiosa no processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. Para tanto, o trabalho se vale dos discursos e justificativas do voto desses parlamentares evangélicos para entender os diferentes valores e concepções políticas e culturais que norteiam as escolhas desses parlamentares. Ainda sobre o impeachment de Dilma Rousseff, Procópio (2019) analisa o papel dos deputados da Renovação Carismática Católica, com objetivo de mostrar as formas de engajamento e suas justificações utilizadas por esses deputados.

Silva e Baptista (2020) analisam o avanço de uma esquerda católica na América Latina e Caribe, no final da década de 1950, alimentados pela revolução cubana (janeiro de 1950). Os jovens católicos organizados na Ação Católica Especializada, passam a atuar em movimentos de educação e sindicais, preocupados com questões sociais. Assim, começava o processo de elaboração de uma nova formulação da fé, a Teologia da Libertação.

Os autores Resende et al (2020), investigam via discursos legislativos proferidos na Câmara dos Deputados do Brasil – entre 2014 e 2017 – cidadania religiosa e movimentos antigênero. A análise evidencia que os discursos se apresentam como uma reação a mudanças implementadas por políticas educacionais, numa tentativa de manter o status quo associado à tradição.

Um dos únicos artigos sobre as instituições espíritas no Brasil, Arribas (2020) propõe uma análise sobre como esses religiosos têm (re)construído as percepções e representações espíritas sobre política, gênero e sexualidade, em especial, a partir da emergência de crescimento de valores conservadores pós impeachment de 2016.

Por fim, Capiberibe (2021) explora as atividades de missões evangélicas transculturais entre os povos indígenas no Brasil, com o objetivo de mostrar como essas missões se encaixam nas políticas do governo de Jair Bolsonaro e ameaçam a existência desses povos.

### **3. Conservadorismo religioso**

10

Nota-se nesta temática, mais uma vez, o protagonismo de artigos sobre o segmento evangélico. Nesta seara, Machado (2017) discute sobre o conservadorismo dos evangélicos nas pautas defendidas e propostas por estes na Câmara dos Deputados. Nagamine e Barbosa (2017) – também na arena legislativa – investigam as estratégias discursivas e escolhas normativas dos deputados evangélicos ligados às “igrejas tradicionais” acerca do Estatuto da Família (projeto de lei nº 6.583/2013). Carvalho e Sívore (2017) abordam sobre o ensino religioso e atuação de grupos religiosos dentro e fora do Legislativo. Enfrem (2019) problematiza as fronteiras da relação entre “nós” e “os evangélicos”, nos conflitos entre militantes e acadêmicos acerca de pautas mobilizadas por parlamentares da bancada evangélica relativas a gênero e sexualidade. Quadro e Madeira (2019) analisam – no âmbito da Câmara dos Deputados – a reação dos membros da bancada evangélica e bancada da bala acerca de pautas progressistas, a partir do discurso e dos projetos de leis formulados pelos parlamentares entre 2010 e 2017. Prandi e Santos (2017) estudam a influência da filiação religiosa na opinião dos eleitores e dos seus representantes no Congresso Nacional, mais especificamente do conjunto

de congressistas pertencentes à bancada evangélica. Almeida (2017, 2019) analisa a articulação entre os evangélicos e a onda conservadora (em diferentes dimensões socioeconômicas) na crise brasileira, cujo desdobramento foi a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018. Em publicação mais recente, Almeida (2020) discute sobre os evangélicos posicionados à direita do espectro ideológico político brasileiro.

Machado (2018) realiza uma genealogia do discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”, a partir da formulação desta pauta por intelectuais católicas/os no início dos anos 90, como uma resposta às iniciativas das feministas a partir da inserção da categoria gênero nos documentos da ONU.

Por fim, Sgró e Ruata (2017) deslocam o debate para o discurso de parlamentares religiosos no Legislativo argentino a respeito da lei de reforma do Código Civil, que passou a reconhecer o casamento a casais sem distinção de sexo.

#### **4. Religião e eleições**

11

Lacerda (2017) investiga o desempenho de candidatos evangélicos nas eleições entre 1998 e 2010. Alves e Cassotta (2020) analisam as campanhas eleitorais de evangélicos eleitos para o cargo de deputado federal pelo estado de Santos nos pleitos de 2010, 2014 e 2018. Graziano (et al, 2021) oferece um quadro interpretativo sobre os resultados das eleições presidenciais de 2018, com destaque para o fator religioso nas pautas morais desse processo eleitoral, a partir da vinculação entre Bolsonaro e seu eleitorado, em especial o evangélico. Cerqueira (2021) discute como a organização partidária Republicanos reflete a relação da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) sobre o partido.

#### **5. Apresentação**

Diante do exposto, este dossiê contribui para essa agenda de pesquisa sobre a intersecção entre religião e política no Brasil e na América Latina. Essa contribuição se dá com quatro artigos de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. Dois dos artigos são contribuições da teoria política e dois da ciência política. Os quatro artigos colocam em evidência a importância da reflexão sobre como Estados laicos e democráticos lidam – ou deveriam lidar – com religiões.

O artigo “Ensino Religioso nas Escolas Públicas: Laicidade, Igualdade e Razão Pública no Julgamento da ADI nº 4.439”, de Andressa Schiassi, situa-se entre a teoria política rawlsiana e o direito constitucional para analisar o julgamento feito pelo Supremo Tribunal Federal da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.439. O julgamento em questão tratou do ensino religioso confessional nas escolas públicas e sua adequação a um Estado laico. Schiassi mobiliza o marco teórico da razão pública de John Rawls para avaliar até que ponto a legitimação do ensino religioso confessional seria compatível com a garantia de igualdade às minorias religiosas.

Em “Pastores Candidatos nas Eleições 2020: um Estudo da Campanha Online Majoritária a Partir de uma Proposta Analítica”, Marcela Barba Santos faz uma análise das campanhas eleitorais digitais de três candidatos pastores à prefeitura de diferentes municípios brasileiros (Parauapebas, no Pará; São Sebastião do Passé, na Bahia; e Santa Rita do Araguaia, em Goiás). Santos propõe um método para identificar a religião nas campanhas eleitorais e, a partir dele, analisa as três campanhas eleitorais supracitadas. A análise aponta que a campanha digital dos candidatos apela de modo cauteloso para aspectos religiosos, e, quando o faz, busca incluir também outros grupos religiosos no discurso, como católicos e espíritas.

12

No artigo “Representantes de Deus e o Sistema Partidário: uma Análise da Distribuição das Candidaturas Evangélicas (1998-2014)”, Tiago Borges investiga a distribuição de candidaturas evangélicas no sistema partidário brasileiro, dando ênfase aos candidatos vinculados às igrejas neopentecostais. A análise empírica feita por Borges revela uma grande heterogeneidade na inserção política dos evangélicos, tanto em termos de igrejas quanto de partidos. As evidências sugerem que a baixa nitidez ideológica de grande parte dos partidos brasileiros, aliada à relativa facilidade na criação de novos partidos, contribuíram para acomodar diferentes estratégias de inserção política por parte das igrejas pentecostais.

Por fim, em “El Problema del Pesebre en la Moneda”, Cristóbal Bellolio aborda a questão do estabelecimento de símbolos religiosos em Estados laicos ou formalmente separados de igrejas. O estabelecimento de um símbolo ou cerimônia religiosa no espaço público é, talvez, mais sutil do que a adoção constitucional ou legal de uma religião específica. Ainda assim, pode implicar no Estado enviando um sinal de favoritismo em relação a uma determinada religião, o que colocaria em xeque a imparcialidade liberal. Bellolio se debruça sobre um caso em particular, a

saber, a instalação de uma manjedoura de Natal gigante no palácio do governo chileno. Após resenhar a posição dominante da teoria política liberal a respeito da possibilidade de símbolos religiosos no espaço público, Bellolio mobiliza a teoria do “secularismo mínimo” de Cecile Laborde para avaliar o caso chileno.

## 6. Referências

ALONSO, Juan Pedro, & CRUZ Esquivel, Juan. Incidencia de valores religiosos en la regulación de derechos en el final de la vida: análisis de proyectos parlamentarios sobre el rechazo de tratamientos médicos en Argentina. **Estudios sociológicos**, vol. 38, n.112, p. 173-200, 2020

ALMEIDA, Ronaldo. **A Igreja Universal e Seus Demônios** – Um Estudo Etnográfico. São Paulo: Terceiro Nome, 2009

ALMEIDA, Ronaldo. (2017). A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, n. 50, p. 1-39, 2017

ALMEIDA, Ronaldo. Bolsonaro presidente. Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos Estudos CEBRAP**, vol. 03, n. 01, p. 185-213, 2019

13 ALMEIDA, Ronaldo. Evangélicos à direita. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, ano 26, n. 58, p. 419-436, 2020

ALVES, Mércia; CASSOTTA, Priscilla Leine. Políticos de Deus: análise das campanhas de evangélicos eleitos para Deputado Federal por São Paulo (2010, 2014 e 2018). **Revista Debates**, v. 14, n. 1, p. 36-59, 2020

ARRIBAS, Célia G. Política, gênero e sexualidade: controvérsias espíritas entre progressistas e conservadores. **Contemporânea**, v. 10, n. 2. p. 613-638, 2020

BURITY, J. The Brazilian Conservative Wave, the Bolsonaro Administration, and Religious Actors. **Braz. political sci. rev.**, vol. 15, n. 3, p. 1-19, 2021

CAPIBERIBE, A. Reaching Souls, Liberating Lands: Cross-cultural Evangelical Missions and Bolsonaro’s Government. **Braz. political sci. rev.**, vol. 15, n. 2, p. 1-22, 2021

CARVALHO, Marcos C. & SÍVORI, Horacio F. Ensino religioso, gênero e sexualidade na política educacional brasileira. **Cadernos Pagu**, n. 50, p. 1-37, 2017

CASSOTTA, Priscilla Leine. **Partido Social Cristão: organização e distribuição do poder..** Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11705>.

CERQUEIRA, Claudia. **Igreja como partido**: coordenação eleitoral da Igreja Universal do Reino de Deus. Tese de Doutorado. Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Fundação Getulio Vargas. 149p., 2019. CERQUEIRA, Claudia. Igreja como partido: a relação entre a Igreja Universal do Reino de Deus e o Republicanos. *RBCS*, v. 36, n. 107, p. 1-22, 2021

CUNHA, C. V. "Televisão para salvar": religião, mídia e democracia no Brasil Contemporâneo. *Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia*, vol. 1, n. 42, p. 199-235, 2018.

EFREM, Roberto. "Os evangélicos" como nossos "outros": sobre religião, direitos e democracia. *Religião & Sociedade*, v. 39, n. 03, p. 124-151, 2019.

FOLLMAN, José I. & GABATZ, Celso. Estado laico e liberdade religiosa no Brasil: a concordata entre o Brasil e a Santa Sé e a "Lei Geral das Religiões". *Ciências Sociais Unisinos*, vol. 53, n. 2, p. 225-233, 2017.

FRESTON, P. **Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment**. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 308p., 1993

GIUMBELLI, Emerson. Sentidos da cultura em suas relações com a religião: políticas culturais e diversidade religiosa no Brasil. *Revista Dados*, vol. 64, n. 04, p. 1-32, 2021

14 GONTIJO, F. de S. Política, religião e gênero nas Ilhas Maldivas. A construção de uma nação insular. *Revista De Antropologia*, 62(3), 610 – 651, 2019

GRACIANO Jr., Paulo; GOULART, Mayra & FRIAS, Paula. "Os humilhados serão exaltados": ressentimento e adesão evangélica ao bolsonarismo. *Cad. Metrop.*, v. 23, n. 51, p. 547-579, 2021

GRANDINETTI, Juan R. Sociabilidad católica y práctica política en la organización juvenil del partido Propuesta Republicana (PRO). *Rev. Sociol. Polit.*, v. 27, n. 70, p. 1-20, 2019.

GUADALUPE, José R. P. **¿Políticos Evangélicos o Evangélicos Políticos?** Los Nuevos Modelos de Conquista Política de los Evangélicos. In *Evangélicos y Poder en América Latina*, Ed. Konrad Adenauer Stiftung, Peru, 2018.

LACERDA, F. Evangelicals, Pentecostals and political representation in Brazilian legislative elections (1998-2010). *RBCS*, vol. 32, n. 93, p. 1-23, 2016.

LACERDA, F. **Pentecostalismo, Eleições e Representação Política no Brasil Contemporâneo**. Tese de Doutorado. Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, 144p, 2017

LACERDA, F. Assessing the Strength of Pentecostal Churches' Electoral Support: Evidence from Brazil. *Journal of Politics in Latin America*, vol. 10, n. 2, p. 3-40, 2018.

MACHADO, Maria das Dores C. Pentecostais, sexualidade e família no Congresso Nacional. **Horizontes Antropológicos**, vol. 23, n. 47, p. 351-380, 2017.

MACHADO, Maria das Dores C. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. **Revista de Estudos Feministas**, vol. 26, n. 2, p. 1-18, 2018

MAINWARING, Scott. (1989). **Igreja Católica e Política no Brasil - 1916-1985**. 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

MARIANO, Ricardo. Efeitos da Secularização do Estado, do Pluralismo e do Mercado Religiosos sobre as Igrejas Pentecostais. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, vol. 3, nº 1, p. 111-125, 2007.

MARIANO, Ricardo. Expansão e ativismo político de grupos evangélicos conservadores. **Civitas**, v. 16, n. 4, p. 710-728, 2016.

MAURÍCIO Jr., Cleonardo G. B. “Acordamos, somos cidadãos”: os evangélicos e a constituição ética de si na relação com o político. **Anthropológicas**, vol. 30, n. 1, p. 99-135, 2019.

MONTERO, Paula.. Religião, laicidade e secularismo: um debate contemporâneo à luz do caso brasileiro. **Cultura y Religión (En línea)**, v. II, p. 132-150, 2013.

15 MONTERO, Paula. “Religiões Públicas” ou religiões na Esfera Pública? Para uma crítica ao conceito de campo religioso de Pierre Bourdieu. **Religião & Sociedade**, v. 36, n. 1, p. 128-150, 2016.

MONTERO, Paula; Brum, Asher, & Quintanilha, Rafael. Ritos católicos e ritos civis: a configuração da fala pública da Igreja Católica em dois atos em memória de Vladimir Herzog (1975-2015). **Mana**, vol. 22, n. 3, p. 705-735, 2016.

MONTERO, Paula; Silva, Aramis L. & Sales, Lilian. (2018). Fazer religião em público: encenações religiosas e influência pública. **Horizontes Antropológicos**, v. 24, n. 52, p. 131-164, 2018.

MONTERO, Paula & Sales, Lilian. Laity and secularism in contemporary Brazilian pluralism. **Novos Estudos CEBRAP**, vol. 39, n. 02, p. 415-434, 2020.

NAGAMINE, R. R. V. K., & Barbosa, O. A. Homossexualidade, religião e direitos: a controvérsia sobre o Estatuto da Família no Brasil. **Sociedade e Cultura**, vol. 20, n. 2, p. 214-239, 2017.

ORELLANA URTUBIA, Luis & Fediakova, Evguenia. El Te Deum Evangélico en Chile, cuando la legitimidad religiosa y política es mutua. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 36, n. 1, p. 245-268, 2021.

PRANDI, Reginaldo & Carneiro, João L. Em nome do Pai. Justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. **RBCS**, vol. 33, n. 96, p. 1-22, 2018.

PRANDI, Reginaldo & Santos, Renan W. Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. **Tempo Social**, vol. 29, n. 2, p. 187-213, 2017.

PROCÓPIO, Carlos Eduardo P. O catolicismo carismático no impeachment de Dilma Rousseff. **Contemporânea**, v. 9, n. 1, p. 275-299, 2019.

QUADROS, Marcos Paulo R. & MADEIRA, Rafael M. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **Opinião Pública**, v. 24, n. 3, p. 486-522, 2018.

RESENDE, Daniela L.; ÁVILA, Luciana B. B. & OLIVEIRA, Camila O. T. Cidadania religiosa e movimentos antigênero na Câmara dos Deputados brasileira: uma análise dos discursos de legisladores/as, 2014-2017. **Contemporânea**, v. 10, n. 2. p. 585-612, 2020.

ROSAS, Raúl E.; Santoni, Alessandro & Fediakova, Evguenia. La persistencia de la fe: cambios y vigencia del clivaje político-religioso en Chile (1938-2017). **Estudios Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 45, n. 2, p. 149-162, 2019.

SCURO, Juan. Religión, política, espacio público y laicidad en el Uruguay progresista. **Horizontes Antropológico**. 2018, v. 24, n. 52, p. 41-73, 2018.

16 SGRÓ RUATA, María C. Regulación (legal) de la sexualidad. El ingreso de lo religioso en las intervenciones de oposición al matrimonio igualitario en el Parlamento argentino (2010). **Sociologias**, vol. 19, n. 44, p. 248-274, 2017.

SILVA, Marcos A. & Johnson, Guillermo A. Revolução e religião: as relações entre a Igreja e o Estado na Cuba contemporânea. **Ciências Sociais Unisinos**, vol. 52, n. 1, p. 8-16, 2016.

SILVA, Wellington T. & Baptista, Paulo A. N. A revolução nas origens da esquerda católica brasileira e a Teologia da Libertação. **Revista Sociedade e Cultura**, v. 23, p. 1-37, 2020.

TADVALD, Marcelo & Gonzaga, Francisco A. O Conselho Estadual do Povo de Terreiro: religiões afro-brasileiras e políticas públicas no Rio Grande do Sul. **Ciências Sociais Unisinos**, vol. 53, n. 2, p. 253-261, 2017.

ZANOTTO, Gizele. “Ver, Juzgar y Actuar”: um manifesto em prol da “Argentina Católica Conservadora” (1971). **Estudios Ibero-Americano**, v. 42, n. 1, p. 105-126, 2016.